



ALÍVIO OU DA NECESSIDADE DE FALAR SOBRE ABORTO: processos de criação cênica e falas em primeira pessoa

FLAVIANE FLORES VIEIRA DE MAGALHÃES

Fany Magalhães (nome artístico) é artista, professora e pesquisadora. Doutoranda em Artes Cênicas pelo PPGAC da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sob orientação da professora Dra. Eloisa Leite Domenici; Mestre em Teatro (PPGT - Universidade do Estado de Santa Catarina, 2018) e Bacharela em Artes Cênicas, com Habilitação em Direção Teatral, (Universidade Federal de Ouro Preto, 2015). Tutora na Licenciatura em Teatro a Distância UFBA/Universidade Aberta do Brasil (desde 2023); Professora substituta nos Cursos de Teatro da Universidade Federal de São João del-Rei (2023) e da Universidade Federal do Amapá (2019-2021).

RESUMO

A partir da vivência no Laboratório de Criação “Criar Vozes, Narrar Mulheres” (2024), ocorrido na Pós-graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia – PPGAC/UFBA, sob orientação da diretora, professora e pesquisadora Meran Vargens, proponho aqui algumas reflexões sobre processos de criação, entre arte e política. Afinal, qual é a potência política da criação? Ou ainda, como esta potência pode se manifestar? No rastreio deste processo específico de criação, no qual me envolvo como atriz, dialogo também com outras vivências e percepções entre a criação e a militância, especialmente minha colaboração com a Coletiva Basuras e meu encontro com a boliviana Maria Galindo e suas provocações sobre a necessidade de falarmos em primeira pessoa. Este é, sobretudo, um artigo manifesto dedicado a um tema espinhoso e urgente na vida de pessoas com útero: o aborto.

PALAVRAS-CHAVE:

Aborto. Processo de criação. Política.

RELIEF OR THE NEED TO TALK ABOUT ABORTION: Scenic creation processes and first-person speeches

ABSTRACT

Based on my experience at the Creation Laboratory of Create Voices, Narrate Women (2024), which took place during the Pós-graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia – PPGAC/UFBA, under the guidance of the director, professor and researcher, Meran Vargens, I propose here some reflections on creative processes, between art and politics. After all, what is the political power of creation? Or even, how can this power manifest itself? In tracking this specific process of creation, in which I am involved as an actress, I also dialogue with other experiences and perceptions between creation and activism, especially my collaboration with Coletiva Basuras and my meeting with Bolivian Maria Galindo and her provocations about the need to speak in the first person. This is, above all, a manifesto article dedicated to a thorny and urgent topic in the lives of people with uteruses: abortion.

KEYWORDS:

Abortion. Creation process. Politics.



ALÍVIO é a palavra título que instaura esta escrita

e que é propositalmente um manifesto ao se encontrar com a última que lhe completa o sentido: **aborto**. Quais relações entre esses dois vocábulos lhe vêm à mente? Em minha experiência pessoal, estão tão próximas na vida como no dicionário; bastam poucas páginas e cabem em uma única linha. A necessidade de falar sobre O aborto, aqui ou em qualquer outro lugar, vem da urgência de tratarmos com responsabilidade desse assunto que atravessa a vida de tantas pessoas, especialmente a de mulheres cisgênero, como é o meu caso. E é através das muitas confluências entre arte e política que o faço, acreditando, sobretudo, na multiplicação de nossas vozes, que não são poucas. Afinal, como andam nossos direitos sobre nossos próprios corpos?

Estou novamente na universidade para discutir relações entre política e criação, a partir da minha trajetória artística, de minha atuação como professora universitária em cursos de Teatro e também como pesquisadora: pessoa em busca de produzir conhecimentos em arte. Nessa tríade de funções distintas, encontro em processos de criação caminhos capazes de movimentar o que tenho chamado de *enfrentamentos criativos radicais*: uma sentença poética que sintetiza minhas percepções sobre as relações entre arte e política em nossos tempos, na intenção de atualizar essa relação e suas definições, além de multiplicar seus efeitos, seja na criação, no ensino ou na produção de conhecimentos em Artes Cênicas. Entendo o processo de criação cênico como um lugar simbólico de emergências em diálogo, capaz de trazer à tona o que é necessário e importante de ser visto, ouvido, sentido, entendido, com a razão e também com a emoção. Não é fácil delimitar significados e funções para processos de criação, visto sua impermanência e variabilidade, mas como artista, professora e pesquisadora dedicada, sobretudo, à função de direção em processos coletivos de criação, busco compreender suas possibilidades, desafiando seus limites, ao participar de percursos criativos, facilitando-os ou simplesmente observando seu movimento.

A convocatória para o Laboratório de Criação *Criar Vozes, Narrar Mulheres* se mostrou, pois, um interessante espaço para observar o movimento criador em uma articulação cênica e coletiva, dirigida por uma mulher, a artista e também professora e pesquisadora em Artes Cênicas, Meran Vargens. Ocorrido em dezembro de 2024, na cidade de Salvador, ao longo de dez encontros, que nos ocuparam por duas semanas, o Laboratório esteve vinculado à Pós-graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia – PPGAC/UFBA como disciplina optativa, reunindo sete atrizes,



também pesquisadoras, ou mestrandas ou doutorandas, neste programa, são elas: Alessandra Flores, Joy Sangolet, Larissa Lacerda, Milianie Lage, Rachel Alencar, Vivian Schmitz e eu, Fany Magalhães. Meran Vargens é conhecida por sua atuação como diretora e, especificamente por sua experiência e pesquisa no campo da expressão vocal, assunto de sua tese *O exercício da expressão vocal para o alcance da verdade cênica: construção de uma proposta metodológica para a formação do ator ou A voz articulada pelo coração* (2005), na qual “estruturam-se princípios básicos que regem a construção de uma proposta metodológica cujo objetivo é abrir caminhos que conduzam, facilitem e instrumentalizem o ator no alcance da *Verdade Vocal*” (Vargens, 2005, p. 7, grifo da autora).

A intersecção entre a pesquisa, a criação e o ensino, articulada por meio de um processo de criação e suas buscas por procedimentos, somou-se aos significados convocados pelo título do laboratório, anunciando um convívio criativo instigante, do ponto de vista do gênero e da fala. Imediatamente, entre *criar* e *narrar*, percebi a potência política que me convoca à criação, na necessidade de produzir narrativas poéticas acerca de algo, que tende a ser necessário e importante, em certo contexto, como dito um pouco acima, sendo, pois, assunto ou tema ou substância ou essência ou fundamento ou substrato de algo em processo de criação e, muitas vezes, em disputas narrativas e políticas. Entre *vozes* e *mulheres*, outras tantas relações podem ser traçadas, a partir de um olhar minimamente crítico aos impactos do machismo e do patriarcado que estruturam nossa sociedade, de modo geral: são muitos os silenciamentos impostos ao gênero feminino, sendo, portanto, a voz um importantíssimo atributo da nossa existência, ainda mais se compreendida no plural: *vozes mulheres*.

Para bell hooks, uma das maiores pensadoras do feminismo negro, “desafiar mulheres a se manifestar, a contarmos nossas histórias, tem sido um dos aspectos transformativos centrais do movimento feminista” (hooks, 2019, p. 19), sendo, pois, fundamental para o avanço de um feminismo que “questiona radicalmente a noção de uma experiência feminina fundamentalmente comum” (hooks, 2019, p. 56), ou seja, um feminismo capaz de pensar e produzir justiça de gênero, mas também de raça e classe, entre outras intersecções. Em todos os encontros que tive em grupos de mulheres, quase todos com objetivos criativos ou militantes, percebemos a conexão entre nossas histórias e nos assustamos e questionamos juntas pelas razões do silêncio e pelas necessidades de fala, seus efeitos e causas, processando entendimentos compartilhados sobre nossas experiências de vida e avançando rumo à construção de nossa autonomia, com mais respeito e acolhimento de nossas diferenças, inclusive. A partir de relatos muito particulares,



emergem a consciência e a necessidade de se rebelar contra o silêncio e a subordinação, abrindo caminho para que denúncias íntimas se tornem públicas e alcancem seu devido significado de consequências políticas violentas de uma estrutura muito maior de dominação. Refletindo sobre a relação entre o privado e o público, continuemos com bell hooks:

Desde que *Feminist Theory: From Margin to Center* [Teoria Feminista: da margem ao centro] foi publicado, tenho tido tempo para pensar ainda mais criticamente sobre a divisão entre público e privado, tempo para experimentar e tempo para analisar o que tenho experimentado. Refletindo, vi o quanto essa divisão está profundamente conectada a práticas de dominação correntes (especialmente pensando sobre relacionamentos íntimos, formas de racismo, machismo e exploração da classe trabalhadora em nossas vidas diárias, naqueles espaços privados – lá onde geralmente estamos mais feridos, machucados, desumanizados, lá onde nós mesmos somos mais repelidos, aterrorizados e partidos). A realidade pública e as estruturas institucionais de dominação tornam concreto – real – a opressão e a exploração no espaço privado. É por isso que eu acredito ser crucial falar sobre os pontos nos quais convergem o público e o privado, conectar os dois. E mesmo as pessoas que falam sobre o fim da opressão parecem ter medo de derrubar o espaço que separa ambos (hooks, 2019, p. 23).

A partir desse encorajamento e acreditando em sua função social, abro aqui também minha intimidade, relacionando minha experiência pessoal à conjuntura política de nossos tempos, enquanto também penso nas relações entre arte e política, a partir de um olhar atento para os processos de criação artística. Nesse encalço, a professora e também pesquisadora em comunicação e semiótica, Cecília Almeida Salles, em seu livro *Gesto Inacabado: processo de criação artística* (2009), não somente atribui movimento ao gesto criador, afirmando sua processualidade e inacabamento, mas também nos oferece modos de observá-lo, através do que chama de “documentos de processo”, ou “registros materiais do processo criador. [...] retratos temporais de uma gênese que agem como índices do percurso criativo.” (Salles, 2009, p. 21). Nestas poucas páginas, volto, então, minha atenção para as anotações feitas por mim ao longo desse curto processo, associando-as a outras duas experiências criativas, que comento a seguir, na intenção de rastrear o que me mobilizou naqueles dias, me encorajando a registrar esse acontecimento também por meio da palavra publicada. Seguindo com Salles, ela nos lembra:



A intenção do [da] artista é por obras no mundo. Ele [Ela] é, nessa perspectiva, portador[a] de uma *necessidade* de conhecer algo, que não deixa de ser *conhecimento* de si mesmo[a], como veremos, cujo alcance está na consonância do *coração* com o *intelecto*. *Desejo* que nunca é completamente satisfeito e que, assim, se renova na criação de cada obra (Salles, 2009, p. 33, grifos e acréscimos nossos).

Percorrendo meus *desejos* e minhas *necessidades*, ou o que me mobiliza como artista, encontro uma variedade temática relativamente ampla, que denota um percurso de relações entre *coração* e *intelecto* que confluem na rebeldia e na busca por mundos outros, nos quais a justiça social e ambiental não precisem ser reivindicadas a todo momento, mas sejam finalmente, *conhecimento* e direito conquistado para todes. Digo que sou uma artista *movimentando utopias*, sem medo dos rótulos e hierarquizações que isto possa implicar e, por isso, ousou escrever estas páginas. Retomando minhas anotações, lembro de ter muitas dúvidas sobre querer estar ou não em um espaço de criação dedicado a palavra *mulher*, por minhas idas e vindas em práticas consideradas feministas. No entanto, eu mesma estou propondo um encontro semelhante, previsto para acontecer em Julho de 2025, a partir da aprovação em uma convocatória da Lei Paulo Gustavo¹, realizada em 2023/2024, pelo Estado de Minas Gerais, sob o título *Dias Mulheres*. Ora, em muitos outros momentos da minha vida, o gênero demarcou inícios em processos de criação e, vez ou outra, me parece interessante revisitá-lo. Motivos não nos faltam!

“Oi” E o que mais você vai querer dizer? Tem alguma coisa que você quer dizer. Não escreva na lousa. Esqueceram do “por favor”. Mas e se é lá fora, com o som do ônibus que tudo se passa e eu aqui escuto. Escuto todas estas histórias e o que elas dizem e o que elas não dizem. Tem uma Rachel na sala e tem outra Raquel na minha vida. E eu ousei contar a história dela e como a história dela se amarra na minha e como se desconectam. Aborto. Maternidade. Vida. Morte. Não necessariamente nesta ordem. Só tem uma mãe aqui. Mas tem três histórias de abortos. E isso faz coçar meu corpo. O que mais que acontece? Não tem outro assunto as mulheres? Teve câncer também. Cuidado: tema da redação do enem do ano passado. Mas ainda não passou. Teve sexualidade também, junto com prazer, mas foi menos. Teve uma história lésbica e teve uma

¹ “A Lei é, também, um símbolo de resistência da classe artística. Foi aprovada durante a pandemia de covid-19, que limitou severamente as atividades do setor. É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença” (Brasil, 2022).



história de amor. E teve uma história de morte que na verdade é uma história de cura. E teve o livro. Um teto todo seu (Diário de Bordo, 2024).

Essa é a transcrição integral da minha primeira escrita, provocada por Meran, no segundo dia do Laboratório. Uma escrita em fluxo, sem julgamentos, realizada logo após ouvirmos umas das outras as nossas histórias, trazidas como exercício solicitado antes ainda de nos encontrarmos: uma história real, pessoal ou que ouvi de alguém. Também eu, uma vez, na condição de professora e diretora e pesquisadora, solicitei, nos começos de um encontro criativo de teatro, que artistas e estudantes contassem suas histórias e escrevessem uma página sem tirar a caneta do papel, permitindo-se um fluxo contínuo e sem julgamentos de frases que depois foram guardadas e que assim ficaram até o fim do mesmo processo. Lá, essas páginas germinaram em terras desconhecidas. A minha página, revisito só agora e deixo ver como suas palavras podem crescer aqui. Conto isso porque também lá buscamos colocar em cena algumas histórias pessoais, próprias ou próximas. Há algum tempo venho observando esse movimento na arte, de modo geral, e também na militância e na pesquisa. Como ativar a potência política do ato de contar nossas próprias histórias?

Pois bem, a partir daqui quero falar como atriz – ou somente como mulher. Também fomos provocadas a escolher uma música que pudéssemos cantar e um trecho da obra *Um teto todo seu* (1929), de Virgínia Woolf, além da mencionada história. A música, eu levei três, uma a cada dia, porque me parecia impossível escolher. O trecho do livro precisei garimpar nos dois primeiros capítulos, que foi o que consegui ler na véspera – leitura que me acompanhou durante os encontros. Quanto à história, eu tive dúvidas até o último segundo – uma escolha racional demais? – e, na hora de contar, escolhi outra para, no desenrolar do processo, na hora efetiva da cena, escolher a minha própria, em uma linha contínua, mas não tão retilínea assim. Quando retomo o texto aqui transcrito, percebo que nessa aparente dúvida e nessa confusão imatura, já habitava uma certeza: “Tem alguma coisa que você quer dizer”, eu escrevi. E não era uma pergunta, como quase sempre eu gosto de me fazer. E não demoro muito no texto a expor a matemática dos meus sentimentos: “Só tem uma mãe aqui. Mas tem três histórias de abortos”.

A criminalização do aborto é um dos assuntos que mais me revoltam ao pensar a condição de uma pessoa com útero e, ao ouvir outros dois relatos de aborto, bem distintos um do outro, fui encorajada pelo acolhimento de um processo aberto a intimidades e convocada a também falar. As



articulações internas do processo criativo foram revelando o caminho, o que ouvi Meran chamar algumas vezes de “elaboração poética da experiência”. A história que eu pensei em contar primeiro, pois tive muitas dúvidas, não tinha nada a ver com aborto, e só posso imaginar aonde ela teria me levado, mas fui afetada pelas histórias que ouvi antes e, quando chegou minha vez, abri minhas próprias memórias e lá estava o aborto espontâneo que vivi, há mais de quinze anos. As próprias referências bibliográficas trazidas para a discussão, que aconteceria um pouco mais à frente no processo, sobretudo as evocadas na publicação *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019), de Sílvia Federici, já traziam a maternidade ou o “o trabalho reprodutivo – entendido, primeiramente como trabalho doméstico” (Federici, 2019, p. 20), como um assunto protagonista das conversas desse percurso de criação. Ora, se, nas décadas de 60 e 70, para ela e suas parceiras de luta, a “*questão das mulheres* se transformou em uma análise do trabalho doméstico como fator crucial na definição da exploração das mulheres no capitalismo” (Federici, 2019 p. 23, destaque da autora), hoje, em 2025, ainda lutamos por justiça reprodutiva² e falar de aborto é tão necessário quanto reivindicar dignidade para a maternagem. Na verdade, com a pouca resposta à reivindicação de salários para o trabalho doméstico e a invisibilidade das funções de cuidado atribuídas ao feminino – tema da redação do ENEM em 2023³ – nos resta, entre tantos outros enfrentamentos, lutar também por nossos direitos sobre nosso próprio corpo, no que toca nossa capacidade e desejo de gerar vida ou não. Afinal, temos escolha?

O aborto é permitido no Brasil em três condições: quando a gravidez é consequência de estupro, quando significa risco de morte para a mãe e quando o feto é anencéfalo – um direito mínimo que precisamos permanentemente defender contra ataques conservadores, de organizações religiosas ou mesmo de profissionais da saúde e parlamentares. Considerando a dificuldade de acesso ao procedimento e todo o enfrentamento moral que implica, além do fator tempo de gestação, há o entendimento de que o aborto é, na prática, proibido e, de fato, é um crime previsto em uma “parte especial” do Código Penal Brasileiro (Brasil, 1940), especificamente nos artigos 124 a 128, que tratam “dos crimes contra a vida”. Felizmente, não precisei passar pela violência de ser mais uma mulher obrigada à gestação porque tive um aborto espontâneo, quando engravidei aos 18 anos de idade. Àquela época eu teria tentado um aborto clandestino, independentemente dos riscos que me oferecesse, pois nada parecia pior do que uma gravidez. Só não o fiz porque não tive condições, psicológicas e financeiras, tampouco sabia como fazer isso nem dispunha de uma rede de apoio para tal, no pouco tempo de gestação que vivi. E gosto de pensar que meu próprio corpo fez a sua lei e me libertou do caminho que definitivamente eu não queria.

2 “O termo “justiça reprodutiva” é um conceito formulado a partir da luta das mulheres negras, especificamente por Loretta Ross que, em 2006, unificou os conceitos de Direitos Sexuais e Reprodutivos com o conceito de Justiça Social. A partir desse conceito, portanto, Ross e outras integrantes do movimento de mulheres negras buscam evidenciar que as discriminações e desigualdades de raça, gênero e classe impactam no acesso à saúde e no exercício dos direitos no campo da sexualidade e da reprodução” (Mapa de Justiça Reprodutiva, 2024).

3 “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil” foi o tema da redação do ENEM, em 2023 (Brasil, 2023).



Por muito tempo, não consegui falar sobre isso, nem em casa, nem com amigas ou pessoas próximas, e mantive esse “segredo”. Vergonha? Culpa? Medo? Nada que eu devesse sentir. Por muito tempo, lembrei calada de cada detalhe da violência que vivi em um hospital público no interior de Minas Gerais – sim, há uma violência muito específica contra pessoas que abortam e que são atendidas em maternidades públicas, ao lado de mães que acabaram de parir e que sofrem com a moralidade religiosa e perversa de profissionais da saúde e/ou pessoas próximas, que acham que, se abortamos, precisamos sofrer e pagar pelo nosso “pecado”. Uma anestesia mal aplicada, nenhuma informação sobre o que estava acontecendo no meu corpo, nenhum acolhimento psicológico, muita dor e muito sangue, sem saber quando e como aquilo iria acabar e a frase “não tem mais nada aí, não”, ecoando muita confusão mental. Foi mais fácil silenciar, esquecer. No fim, ficou tudo bem, como se nada tivesse acontecido – mas não precisava ter sido assim: abortos são mais comuns do que muita gente imagina. E o abortamento legalizado pode ser simples, rápido, seguro, não gerar traumas e, o mais importante: salvar vidas! Embora tenha sido uma defensora ativa na luta pela descriminalização e legalização do aborto, através do fortalecimento na luta feminista e do reconhecimento de meus privilégios como mulher branca e escolarizada, contar minha própria história ainda é desafiador e o faço aqui também como uma performance: um manifesto em texto publicado para dizer que, apesar da falta de acolhimento, abortar foi um grande alívio e sou muito feliz por meu corpo ter tido essa autonomia, diante de um Estado que não respeita meu direito de decidir sobre minha própria vida e meu próprio corpo.

E tenho assumido uma caminhada de luta, me organizando algumas vezes com outras militantes e artistas na produção e divulgação de materiais e ações diretas, informativas e provocativas sobre o tema – especialmente na rua, através da linguagem do lambe-lambe⁴. Compartilho especialmente uma ação convocada anualmente pela Basuras Coletiva, sempre a partir do dia 28 de Setembro, Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta pela Descriminalização e Legalização do Aborto, que reúne artistas visuais e militantes de todo país na criação de cartazes que são disponibilizados, de forma gratuita, para a criação de murais em espaços públicos, multiplicando o alcance da ação. Tenho três produções vinculadas a essa convocação, sendo uma delas correspondente ao título da cena apresentada no Laboratório de Criação: *Mãe dos meus limity's* (Figura 1), realizada a partir da criação de uma fotoperformance, em colaboração com a artista piauiense Railane Raio. Essa imagem e as demais que compõem a série já circularam pelo Brasil em diversas ações militantes, graças às ações da Basuras, que vem, desde 2018, produzindo e difundindo informação, de modo voluntário e autoconvocado, nesta e em outras pautas importantíssimas como a dignidade menstrual⁵.

4 Lambe-lambe é uma técnica de colagem de cartazes de papel, muito usada na arte urbana e em ações diretas.

5 Dignidade menstrual “significa ter acesso a produtos e condições de higiene adequados” (UNICEF, ca. 2023).



FIGURA 1

Mãe dos meus limitys, intervenção com lambe-lambe, Coletiva Basuras
Foto: Fany Magalhães, acervo pessoal, Macapá/AP, 2020.





Observando esta intervenção, que publicizei, mas que eu mesma coleí poucas vezes pela exposição que faz do meu próprio corpo, para evitar julgamentos, censuras ou mesmo reações violentas, revisito outra anotação no meu diário de bordo, no Laboratório de Criação, na qual leio: “Por que eu tirei a voz do meu trabalho? A voz, o corpo, o rosto?”. Eu precisaria de muitas páginas mais e uma disposição quase heroica para rastrear essas razões. Afinal, por que saí de cena? Venho de uma cidade onde ser gente de teatro significa também saber cantar e contar histórias e eu mesma fui considerada uma boa atriz algumas vezes, chegando a receber prêmios em festivais de teatro. A vida deu voltas e meus enfrentamentos como mulher e como artista de teatro entortaram minha relação com meu próprio corpo e minha voz e, sim, me retiraram da cena, me silenciaram de muitas formas, umas mais sutis e outras mais evidentes. Retomar meu corpo, minha história e minha voz como atriz refez o caminho para estas perguntas e me recorda de outro processo, no qual também tive esta oportunidade e fui particularmente atravessada. Trata-se do Laboratório de Experimentações *Presenças incômodas: onde está a rebeldia?*, ocorrido na Mostra Internacional de Teatro de São Paulo (MITsp, 2020), provocado pela ativista boliviana Maria Galindo, para quem também “la enunciación en primera persona es una gesta épica y política” (Galindo, 2013, p. 53):

Cada lugar de pertenencia es un mundo en sí mismo [...]. La función principal de este momento autoafirmativo es la construcción de tu diferencia y la construcción de tu discurso en primera persona, no dejar que hablen en tu nombre. Por eso la toma de la palabra es parte fundamental de este momento autoafirmativo. Hablo de gesta épica porque estamos hablando de una guerra interna, apasionada, prolongada y llena de contradicciones. Un proceso doloroso que tiene como eje el cultivo de la identidad propia y que contiene perversamente la tendencia al purismo (Galindo, 2013, p. 54).

Maria Galindo é uma das mulheres que idealizam e agitam o movimento *Mujeres Creando*, na Bolívia, desde 1992, em “um espaço plural, interdisciplinar e de encontro que se apresenta como um movimento social ao mesmo tempo em que trabalha na interdisciplinaridade e nas fronteiras das linguagens” (Souza, 2017, p. 3). Nesse encontro para criação de performances, Galindo passou dias nos falando sobre a diferença entre o que chama de “testemunho” e o que compreende por “fala em primeira pessoa”, alertando para os riscos do *purismo* e de uma identidade universal de *mulher*, muito interessante para o conservadorismo, que vem cooptando testemunhos na categoria de *vítima*, uma vez que “el testimonio [...] pasa de ser un acto liberador a convertirse en un acto rutinario que impide



pensarse mas allá de la condición de víctima” (Galindo, 2013, p. 57), ressaltando que “ser víctimas nos impide tomar la rienda de nuestro propio destino, nos impide transformar el dolor en fuerza y rebeldía” (Galindo, 2013, p. 60). Galindo é especialmente crítica à universalização da experiência feminina, que considera uma estratégia neoliberal e colonial, afirmando radicalmente que “la ruptura con el universal de mujer ha sido vital para la constitución misma de su voz” (Galindo, 2013, p. 56).

Na ocasião, fomos, então, muito encorajadas a contar nossas próprias histórias, evitando generalismos e olhando de frente o que nos oprimiu em situações bem específicas, de modo a desmontar estruturas de opressão, compreender seus agenciamentos e encontrar caminhos estéticos para a transformação performativa de dores particulares em protestos públicos. Eu estava ali a convite da curadora do Eixo Pedagógico da MITsp, Maria Fernanda Vomero, para produzir uma série de lambe-lambes que documentasse performativamente o processo e tentei desmontar a lógica do silêncio em perguntas associadas a partes do corpo e gestos específicos, como dispositivo para a emergência de falas em primeira pessoa, em uma série feita em colaboração com as mulheres que estiveram nesse Laboratório Experimentação, ao qual dei o título de *Mulher* (Figura 2) e que coleí em diversas situações e em muitos lugares.

No entanto, apesar de toda a reflexão e o estímulo, não consegui, à época, encontrar minha própria fala, sendo chamada à atenção por isso e recebendo como referência, oferecida pela própria Maria Galindo, o relato da ação *Espaço para abortar*, realizada repetidas vezes e em espaços públicos pelo movimento *Mujeres Creando*, como exemplo da potência rebelde e mobilizadora de uma fala em primeira pessoa. Milena Costa de Souza, pesquisadora e professora de artes visuais, também relata a participação dessa ação na *31ª Bienal de São Paulo*, em 2014, que traz um grande útero carregado por muitas mãos, no qual se pode entrar e narrar um aborto em primeira pessoa, como uma ação artística de grande relevância política, pelas falas, símbolos e narrativas que mobiliza, gerando grande impacto através da quebra do silêncio:

O útero ambulante em meio às pernas metálicas nos recorda da sua existência enquanto órgão do corpo humano. Ocupando as ruas enquanto alegoria e imagem revela-se em sua potência discursiva. Na América Latina quem tem útero não possui apenas um órgão do corpo, pois carrega os discursos que legislam sobre ele. Ser mulher é constantemente limitado a ter um útero e ter um útero cerceia as decisões individuais sobre o próprio corpo (Souza, 2017, p. 6).



FIGURA 2
Presenças
incômodas: onde
está a rebeldia?
Encontro com
Maria Galindo.
FOTOS: Fany
Magalhães e Maria
Fernanda Vomero,
acervo pessoal, São
Paulo/SP, 2020.



As consequências desta ação foram diversas, nesta e em qualquer ocasião em que é ativada, porque falar em aborto exige coragem e faz parte da agenda de lutas das mulheres trabalhadoras, negras, indígenas, periféricas, deficientes, de povos tradicionais, incluindo a comunidade LGBTQIAPN+, especialmente pessoas trans e não binárias, que também reivindicam seus direitos e dignidade reprodutivas. Em nosso país colonizado, estas são as pessoas protagonistas na luta e, por isso, incomoda tanto que seus direitos sejam garantidos. Em tempos de eleições, vemos o surgimento de escândalos e mobilizações conservadoras em busca de desqualificar esse importantíssimo debate, enquanto censuram a representação do útero e exibem fetos para comover a opinião pública, através de moralismos religiosos, em campanhas para obrigar crianças a serem mães de filhos de seus estupradores – uma balança hipócrita de comoção e “defesa da vida” que não se equilibra, se lembramos ainda do número de mortes e atendimentos por complicações em abortos clandestinos. Afinal, sabemos que não falar em aborto não impede que abortos aconteçam, e o que está em jogo é uma disputa narrativa, estética e política. Em artigo publicado recentemente, o movimento Nem Presa Nem Morta, criado em 2018, reflete sobre suas ações no campo da comunicação social, em diálogo com a luta latino-americana, entendendo a necessidade de pensar nossa luta de seu ponto de vista estético, para então operar a necessária transformação de imaginários sobre o aborto em nosso país, tão enclausurada em desinformação e dogmatismos fundamentalistas.

Entre os desafios estéticos, nossa campanha destacou a necessidade de ampliação do repertório visual associado ao tema no campo feminista e da esquerda, focando especialmente em mensagens visuais positivas com relação ao aborto, levando em consideração as diferentes preocupações feministas em relação ao tema, especialmente no que tange às iniquidades étnico-raciais. Definimos, então, que as principais mensagens a serem propagadas seriam de aborto como processo de *autonomia* e *alegria* [de poder acessar direitos], associando sempre aos preceitos de *Justiça Reprodutiva*, mantendo nosso compromisso e entendimento sobre produção intelectual e de luta do movimento feminista negro, e às práticas das *redes feministas de cuidados e redução de danos*, baseadas na solidariedade frente a ausência de direitos garantidos (Sarpa; Molinari; Freitas, 2025, p. 7, grifos e acréscimos das autoras).



Há muito a ser dito para que esta narrativa seja efetiva, para que o aborto seja, então, descriminalizado, legalizado e naturalizado, nos acolhendo com direitos e justiça reprodutiva. As ações do movimento Nem Presa Nem Morta têm sido fundamentais para reunir nossas vozes e barrar o conservadorismo parlamentar, que insiste em disputar essa pauta, especialmente através de propostas que criminalizam ainda mais o aborto. Aqui posso retornar ao processo criativo do Laboratório *Criar Vozes, Narrar Mulheres* e a necessidade estética de falar sobre aborto. “Preciso ser transparente? Por que sofremos tanto?”, leio em outra anotação no meu diário. E refletindo com Adriana Cavarero sobre o poder político da voz, em seu livro *Vozes plurais: filosofia da expressão vocal* (2011), referência também indicada por Meran Vargens, me deparo com uma constatação implacável: “Quanto ao comunicar-se na palavra, nada, de fato, comunica a unicidade mais do que a voz.” (Cavarero, 2011, p. 229) e me vejo, então, falando em cena, desnuda, mais que transparente, presente, em corpo e voz. Posso escrever mil páginas sobre o que o aborto significa na vida de uma pessoa com útero, que ovula cerca de 500 vezes na vida e que não quer ser fecundada, mas como transmitir o grande alívio que um aborto pode trazer no caso de uma gravidez indesejada? Seguindo com Cavarero:

Ligando os nomes aos verbos, a frase os dispõe segundo uma ordem hierárquica, por assim dizer, impessoal e objetiva, que coincide com o princípio do disciplinamento a que a política, tradicionalmente, aspira. É justamente nesse contexto que a esfera da vocalidade pode reivindicar um papel subversivo (Cavarero, 2011 p. 231).

Aqui a subversão é o alívio: um substantivo masculino para designar a diminuição de peso ou carga, de fadiga, dor e ansiedade. Isso é uma coisa! A vocalização dessa sensação ao emitir a palavra *aborto* é outra. E em algum momento do processo eu entendi que esta era a razão encontrada por mim para estar em cena, no contexto deste laboratório: trazer à palavra proibida a sua sensação mais verdadeira e leve. Entendo que essa subversão não é compreendida pela totalidade das pessoas que podem gestar, mas, em minhas andanças militantes, posso afirmar que alívio é, sim, um dos sinônimos mais significativos da palavra aborto⁶. A voz em cena pode transmitir essa sensação, o que espero ter logrado comunicar em minha atuação, e que reforço aqui por meio destas reflexões entre arte e política. Retomando as provocações de bell hooks em sua obra *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra* (2019):

⁶ Ver postagem do movimento Nem Presa Nem Morta no instagram @nempresanemmorta. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C-VDF5huSfS/?img_index=1> . Acesso em: 18 fev. 2025.



Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta (hooks, 2019, p. 35).

Quando retomo a coletividade que formamos, nos muitos assuntos e trocas que tivemos, percebo outras instâncias comunicáveis apenas na presença, em corpo e voz. “Obá!”, escuto Alessandra. “Mulher, mulher, mulher”, posso ver nos olhos de Larissa. O grito-gozo no corpo de Vivian. Ou o timbre debochado das falas de Rachel. “Eu! Deus!”, vejo-escuto no gesto de Mili. O toque da canção que afaga coletivamente a partir da voz de Joy. Sim, criamos vozes, narramos mulheres, pois a voz “comunica sempre vozes singulares e, ao mesmo tempo, a cadência ritmada de uma ressonância que as conecta” (Cavarero, 2011, p. 230).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Éramos um coletivo relativamente semelhante, sendo todas mulheres cisgênero, escolarizadas e brancas, mas que criaram uma miscelânea em cena, com histórias e temas distintos entre si. O que narrei aqui é uma experiência e uma compreensão muito particulares, a partir de um processo criativo compartilhado, da ótica dos meus interesses de pesquisa e de vida, em aliança com os movimentos sociais que me representam. Estávamos conectadas na necessidade de falar, nossas vozes narraram mulheres distintas, criaram mundos possíveis e confirmaram, em minhas próprias buscas como artista, diretora ou atriz, como professora e pesquisadora, ou simplesmente como mulher, que precisamos, sim, falar, rasgar o peito, se arriscar, soltar a voz, estar em cena! A vida é maior!



REFERÊNCIAS

- » BASURAS, Coletiva. @basurassss. Perfil do instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/basurassss/>> Acesso em: 10 jan. 2025.
- » BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 8 jan. 2025.
- » BRASIL. **Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022**. Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias. Brasília, DF: Presidência da República, [2022a]. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-paulo-gustavo/central-de-conteudo/apresentacao-da-lei>>. Acesso em: 18 jan. 2025.
- » BRASIL. Ministério da Educação. **Tema da Redação: Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil**. Portal gov.br. Brasil, 5 de nov. de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/tema-da-redacao-desafios-para-o-enfrentamento-da-invisibilidade-do-trabalho-de-cuidado-realizado-pela-mulher-no-brasil>>. Acesso em: 8 jan. 2025.
- » CAVARERO, Adriana. **Vozes Plurais: filosofia da expressão vocal**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- » FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- » GALINDO, María. **No se Puede Descolonizar sin Despatriarcalizar: teoría y propuesta de la despatriarcalización**. Mujeres Creando: Bolívia, 2013.
- » hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.



- » MAPA DE JUSTIÇA REPRODUTIVA. **O que é Justiça Reprodutiva?** Mapa de Justiça Reprodutiva. São Paulo, 2024. Disponível em <<https://mapajusticareprodutiva.org.br/o-mapa/o-que-e-justica-reprodutiva/>>. Acesso em: 8 jan. 2025.
- » MITSP. Mostra Internacional de Teatro de São Paulo. LABEX **Presenças incômodas: onde está a rebeldia?** São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://mitsp.org/2020/labexp3-presencas-incomodas-onde-esta-rebeldia/>>. Acesso em: 18 jan. 2025.
- » MAPA BRASIL. Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil. **Soberania Alimentar**. Disponível em: <<https://mpabrasil.org.br/soberania-alimentar/>>. Acesso em: 17 jan. 2025.
- » MUJERES CREANDO. **Mujeres Creando**. Site. Disponível em: <<https://mujerescreando.org/>>. Acesso em: 18 jan. 2025.
- » NEM PRESA NEM MORTA. **Nem Presa Nem Morta**. Site. Disponível em: <<https://nempresanemmorta.org/>>. Acesso em: 18 fev. 2025.
- » NEM PRESA NEM MORTA. **Alívio**. Post instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C-VDF5huSfS/?img_index=1>. Acesso em: 9 jan. 2025.
- » SALLES, Cecília Almeida. **Gesto Inacabado**: processo de criação artística. 4. ed. São Paulo: FAPESP: Annablume, 2009.
- » SERPA, Bibiana Oliveira; MOLINARI, Laura; FREITAS, Angela. Reflexões sobre a Criação de um Novo Imaginário sobre Aborto no Brasil: o caso da Campanha Nem Presa Nem Morta. In: **Nem Presa Nem Morta**, 2025. Disponível em: <<https://nempresanemmorta.org/publicacoes/2025/02/artigo-publicado-reflexoes-sobre-a-criacao-de-um-novoimaginario-sobre-aborto-no-brasilo-caso-da-campanha-nem-presa-nem-morta/>>. Acesso em: 18 fev. 2025.
- » SOUZA, Milena Costa de. Mujeres Creando: um espaço para abortar na 31ª Bienal de São Paulo. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 Women's Worlds Congress**. Florianópolis: 2017. Disponível em <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1524229717_ARQUIVO_ST007-MUJERESCREANDO-MilenaCostadeSouza.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2025.



- » UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Dignidade Menstrual**. ca. 2023. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/dignidade-menstrual>> Acesso em: 18 jan. 2025.
- » VARGENS, Meran Muniz da Costa. **O Exercício da Expressão Vocal para o Alcance da Verdade Cênica**: construção de uma proposta metodológica para a formação do ator – ou a voz articulada pelo coração. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2005.
- » WOOLF, Virgínia. **A Room of One's Own** (Um teto todo seu). Inglaterra, 1929.